



## MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

Magali da Silva Almeida<sup>1</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
quilombola\_rio@yahoo.com.br

### Introdução

Este trabalho é resultado da primeira etapa de meu doutoramento, na qual realizei uma revisão da literatura sobre ação afirmativa para negras e negros<sup>2</sup> na educação superior brasileira, com ênfase na política de cota racial, tema de nosso projeto de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O mapeamento da produção acadêmica sobre ação afirmativa foi realizado através de pesquisa bibliográfica<sup>3</sup>, de caráter exploratório, denominado no campo científico de “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”(FERREIRA, 2002). O objeto do estudo são os

---

<sup>1</sup> É assistente social e ativista do Movimento Negro brasileiro. É Mestre em Memória Social e Documento pela UniRio e integra o corpo docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, bem como coordena o Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afroamericanos (PROAFRO). É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- Brasil, no qual desenvolve pesquisa na área de relações raciais e de gênero e políticas de ações afirmativas no ensino superior sob a orientação da Professora Doutora Denise Pini Rosalem da Fonseca.

<sup>2</sup> Cabe situar a(o) leitora(or) que, neste artigo, as categorias negro e branco são construções sociais e não se referem, de modo algum, às categorias biológicas. Serão aqui interpretadas segundo a definição de Jackes D’Adesky (2001), Gomes (1995) e Bento (1999). D’Adesky define negro *“todo indivíduo de origem ou ascendência africana suscetível de ser discriminado por não corresponder, total ou parcialmente, aos cânones estéticos ocidentais, e cuja projeção de uma imagem inferior ou depreciada representa uma negação de reconhecimento igualitário, bem como a denegação de valor de uma identidade de grupo e de uma herança cultural e uma herança histórica que geram exclusão e opressão”*(D’Adesky, 2003, p. 34). Nossa escolha pela definição acima, não exclui aquela defendida pelos Movimentos Negros brasileiros, a qual subsumem no termo negro ao conjunto de pessoas que se auto declaram preto e pardo (classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), classificação esta, reconhecida cientificamente nos estudos sobre relações raciais. A escolha da definição do Prof. D’Adesky é ampliada e nos permite uma análise da totalidade do ser negro no Brasil que envolve, não somente, aspectos fenotípicos, como também aspectos políticos, geográficos, históricos, religiosos e culturais. A definição subentende que os negros são afetados por uma imposição de um modelo estético, cultural, político hegemônico (rico, branco, masculinista, cristão e heterossexual- *observações nossas*) que deforma sua imagem, assim como pela opressão sofrida devido à negação de sua identidade de grupo social de que são vítimas, o que dificulta, sobremaneira, a nosso ver, a consciência de pertencimento racial, reforçada cotidianamente no Brasil pela crença no mito da democracia racial, ideologia incorporada ao imaginário social brasileiro. Essa definição expressa uma dimensão política ao explicitar as relações de poder entre dominadores e dominados e na existência de *‘um sistema de hierarquização social que repousa sobre as dicotomias que durante três séculos sustentaram a ordem escravocrata: elite/ povo e brancos/ negros’* (Guimarães apud D’Adesky, 2003, p. 35). Afinada com esta concepção, Gomes (1995) enuncia que o negro brasileiro sempre esteve envolto em uma série de nuances de cor, que segundo a autora sempre nos remete a uma questão de cor de pele e não à origem racial e, assim, contribui para a formação de uma identidade étnico-racial fragmentada e distorcida. Contra esse padrão de opressão e de colonização do pensamento o Movimento Negro brasileiro enegreceu o termo. *“A utilização do termo negro pelo Movimento Negro tem o sentido de dar uma ressignificação ao papel do negro na construção do processo histórico. Intenciona não mais relacionar o negro a uma definição carregada de preconceito ou à simples questão da cor da pele, mas remetê-lo a uma origem racial, valorizando seus atributos físicos e culturais (...) fala-se em sujeitos que constroem a história e não simplesmente em cor de pele.*(Gomes, 1995, p.46).

<sup>3</sup> O Título original do artigo é *Mapeamento da bibliografia sobre ação afirmativa no Brasil- 1999 a 2007*, defendido em maio de 2009, de minha autoria.



resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado publicados no Banco de Teses da Comissão de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES)<sup>4</sup> no período de 1999, quando é registrada a primeira dissertação sobre o tema, até 2007. Os resumos das dissertações e teses são originários de 39 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras de distintos programas de pós graduação que integram o acervo digital da CAPES. O universo da pesquisa totalizou 16 teses de doutorado e 67 dissertações de mestrado.

A presente comunicação apresenta de forma resumida os resultados parciais desta pesquisa privilegiando os dados quantitativos, seguidos de breve análise.

### **1- O conceito de ação afirmativa no ensino superior brasileiro: algumas considerações históricas e conceituais**

O processo de compreensão da trajetória de construção desse conceito tão polêmico que é o de ação afirmativa e, particularmente, uma de suas modalidades, a política de cotas ou reservas de vagas para a população negra no ensino superior brasileiro, conduziu minha análise para a construção desse campo teórico que envolve um debate histórico sobre as raízes da desigualdade socio- racial no Brasil e também o papel dos intelectuais negros(as) e dos Movimentos Negros e de Mulheres Negras brasileiros<sup>5</sup>. Esses(as) intelectuais foram responsáveis pela formulação de uma teoria responsável pela derrubada, definitiva, do mito da democracia racial<sup>6</sup>, assim como a ascendência de uma nova construção identitária pautada no conceito de negitude<sup>7</sup> no Brasil.

Preliminarmente, para situar o (a) leitor(a), as ações afirmativas consistem em políticas públicas ou privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação de raça, etnia, gênero, origem nacional e compleição física. Visam ainda não somente reduzir os efeitos flagrantes

<sup>4</sup> O Banco de teses da CAPES ( Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior) que até 2008 registrava 366.341 mil trabalhos defendidos no período 1987-2006, foi atualizado no mesmo ano com a inclusão de 42.819 teses e dissertações publicadas em 2007, representando um acréscimo de 11,69% na base de dados . Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>. Acessado em 11/12/2008. O nosso estudo limitou a análise às produções registradas até julho de 2008.

<sup>5</sup> Nessa pesquisa concebemos o conceito de Movimentos Negros como um conjunto de iniciativas de natureza política, cultural, religiosa, educacional, de denúncia ao preconceito e discriminação racial, de pressão e mobilização da comunidade negra e sociedade em geral, tendo em vista o combate ao racismo e ampliação da cidadania para o povo negro. Ressalta-se ainda, que em seu desenvolvimento histórico ensejou uma diversidade de proposições ideológicas em seu interior o que lhes confere um caráter heterogêneo e plural.

<sup>6</sup> O mito da democracia racial consiste na idéia de "que no Brasil as relações entre os indivíduos e segmentos étnico- raciais diferentes estejam harmoniosas, graças ao natural português, predisposto a freqüentar as mulheres negras, à doçura da escravidão praticada no Brasil e, sobretudo à mestiçagem que desempenhou um papel de tampão" (Freire, 1963 apud Munanga, 1996, p. 81).

<sup>7</sup> A palavra negitude cunhada em francês (nègritude) pelo poeta negro Aimé Césaire, da Martinica, na década de 1930, sugere uma tomada de atitude negra expressa na disposição de "assumir valores culturais africanos. (...) No Brasil a expressão negitude acabou consagrando um sentimento (...) um rótulo identificador de coisas da cultura negra e dos movimentos negros". SILVEIRA, Oliveira, 2007, p. 6



(imediatos) do preconceito, mas também à discriminação de cunho cultural e estrutural enraizada na sociedade. Prevê transformações culturais importantes ao defender a observância dos princípios da diversidade nas várias esferas do convívio humano (GOMES, 2001).

No campo racial e étnico, ação afirmativa trata-se de uma política pública importante de combate ao racismo<sup>8</sup>, ao preconceito e à discriminação raciais, tendo em vista à democratização do acesso à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à mídia e possibilitam a construção e afirmação de identidades negras positivas. Não obstante, no Brasil, a implementação de políticas de ação afirmativa para a população negra, assim como sua exequibilidade, é dificultada quando critérios raciais são utilizados para elegibilidade de seus usuários devido ao padrão de relações raciais hegemônico ser ancorado no mito da democracia racial e na ideologia da mestiçagem.

Em decorrência dos limites deste artigo, não apresentaremos uma análise minuciosa das determinações sócio- históricas e econômicas da realidade brasileira e as múltiplas expressões da questão racial decurrentes. Todavia defendemos a concepção que, para melhor entender a modalidade de política pública denominada ação afirmativa, ou discriminação positiva, é fundamental que analisemos os processos macrossociais da formação da sociedade brasileira, a relação do Estado com a sociedade civil (e seus múltiplos segmentos) em torno da ampliação de direitos, assim como o conteúdo das políticas de ação afirmativa nas economias capitalistas numa conjuntura de crise de orientação neoliberais, como é o de nossa experiência histórica.

### **1.1 - História de luta dos Movimentos Negros brasileiros por políticas públicas no campo da educação**

História dos vencidos nas sociedades de classe no dizer de E. P. Thompson são invisibilizadas pela história oficial hegemônica. Para o autor as manifestações de resistência frente ao projeto colonizador sempre estiveram presentes, mas sempre invisibilizadas e ausentes dos documentos oficiais. Por isso, as políticas de ação afirmativa, tal como são

---

<sup>8</sup> Utilizáramos o conceito de racismo definido pela Unesco, na Declaração Sobre Raça e os Preconceitos Raciais, em seu artigo 2º, item 2:

*O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceitos raciais, os componentes discriminatórios, as disposições estruturais e as práticas institucionalizadas que provocam desigualdade racial, assim como a idéia falaz de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis; manifesta-se por meio de disposições legislativas ou regulamentares, e de práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos anti- sociais; obstaculiza o desenvolvimento de suas vítimas, perverte aqueles que o praticam, divide as nações no seu próprio seio, constitui um obstáculo para cooperação internacional e cria tensões políticas entre povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba gravemente a paz e a segurança internacionais ( Unesco- Declaração Sobre a Raça e os Preconceitos Raciais apud Flausina, 2008, p. 15).*



concebidas hoje, emergem como resultado da organização e da luta política e das experiências concretas da população negra no mundo e, em particular, no Brasil, não como benesses do Estado.

O debate sobre ação afirmativa para negros na educação não é novo. De maneira breve, faremos um retrospectiva histórica e, assim, trazer alguns elementos para demonstrar a inaudição do Estado e da elite dirigente brasileira das vozes negras ao longo da luta pela cidadania e respectivas miopias diante das desigualdades raciais.

Desde os anos de 1930, grupos ligados ao Movimento Negro brasileiro apontavam para a necessidade de se adotarem políticas públicas para garantir o direito da população negra na educação (IPEA, 2008 a, p.216)<sup>9</sup>. A Frente Negra chegou a criar, naquela década, escolas comunitárias para crianças negras, em suas sedes, em alguns estados do país. Projeto abalado pela ditadura varguista, é retomado após o fim daquela e o Movimento Negro revigora suas reivindicações e a educação ganha, novamente, centralidade na sua agenda política (IPEA, 2008 a, p.216).

Nos anos de 1960, o Movimento negro inicia o debate sobre as desigualdades sociais e suas consequências para a população negra. A instauração da ditadura militar interrompe esse e outras ações políticas populares e, somente no final dos anos de 1970, a luta antirracista entra em cena, juntamente com outras demandas de outros movimentos sociais contemporâneos<sup>10</sup>. Nesse contexto vigoroso da participação popular organizada, emerge uma nova cultura que dá vida aos “novos movimentos sociais” e nesse contexto, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial em 1978.

Durante os anos 80, surgiu um movimento de cursos pré- vestibulares ligados ao Movimento Negro voltado para a população negra e carente Destaca-se a iniciativa pioneira do Sindicato dos trabalhadores da UFRJ (SINTUFRJ), que em 1986, criou um pré- vestibular para seus funcionários. Outra iniciativa que merece visibilidade foi o pré- vestibular da Mangueira, no Rio de Janeiro, criado em 1982, de cuja experiência tivemos o prazer de participar . Em São Paulo em 1989 a Pastoral do Negro da Igreja Católica e na Bahia foi a

<sup>9</sup> Munanga (1996) observou distintas estratégias adotadas pelos Movimentos Negros ao longo dos anos. Destacam- se nesse processo de luta algumas organizações negras de relevo que no período entre as décadas de 1930 a 1970 oxigenaram a luta antirracista em nossa sociedade: a) Imprensa Negra(1930); b) Frente Negra (1931), Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro e o Teatro Experimental do Negro (1945). Diz o autor que, entre 1945 e 1970, viu- se nascer e morrer muitas organizações negras que tinham o intuito de criar uma nova imagem do negro e elegeram a educação para esse fim.

<sup>10</sup> A esse respeito ver Alvarez E. Sonia, Dagnino, Evelina e Escobar, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino- americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 e DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós- 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995



experiência da Cooperativa Steve Biko que em 1992, inaugura a preposta de preparar jovens negros e negras da periferia de Salvador para ingresarme na universidade. Da mesma forma, o Pré- vestibular para Negros e Carentes, em 1993 no Rio de Janeiro (IPEA, 2008, p.16).

Nesse sentido, a presença de novos atores sociais na luta pelo processo de democratização do ensino superior e de suas novas instituições nominadas de pré-vestibulares para negros e/ou para carentes, durante as décadas de 1990, qualificou o debate sobre a ausência de políticas para juventude negra; Dessa forma, a agenda dos movimentos negros passa a incorporar a educação superior como pauta de luta e em suas propostas, várias ações executadas de modo a construir experiências inovadoras e exitosas de pres- vestibulares em vários estados brasileiros, as quais foram responsáveis pelo acesso de estudantes negros(as)no ensino superior na rede pública e privada de educação.<sup>11</sup>

A argumentação de Santos (2005) aponta para o reconhecimento do PVNC como um dos agentes sociais importantes na luta pela ampliação da democracia na educação superior e sinaliza para a autonomia do movimento, sua potencialidade na construção da negritude, do despertar da consciência do racismo estrutural permitindo que jovens negras(os) iniciem a luta contra o racismo em prol da cidadania antes do ingresso na universidade. A formação voltada para a cidadania é o diferencial dessas iniciativas, pois permitem acumular forças contra a resistência e ou ao conservadorismo, tendo como meta romper com o ciclo do racismo estrutural na sociedade brasileira.

## **1.2- Conceito de ação afirmativa, objetivos e modalidades.**

Um dos primeiros autores a tentar definir política de ação afirmativa foi Kabengele Munanga (1996), que para discutir o conceito recorre à tradição anglo-saxônica (*policies*), que “significa um esforço deliberado, não apenas para interditar as manifestações do racismo, mas também de reduzir seu impacto, corrigindo seus efeitos de modo voluntário”(MUNANGA, 1996, p.90). Para o autor, esta concepção supõe um programa de ação, baseado em projetos que visem a minimizar o impacto do racismo em áreas onde ele é observado concretamente e deve emanar do poder público com a participação dos movimentos sociais representativos, isto é com controle social.

---

<sup>11</sup> A esse respeito ver Santos, Renato Emerson. **Política de cotas nas universidades brasileiras**. Mimeo, s/data



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Concebemos, nesta comunicação o conceito de políticas de ação afirmativa como políticas públicas<sup>12</sup>, de caráter redistributivo e de reconhecimento. Estas políticas pretendem enfrentar a questão social, em uma de suas particularidades até então obliterada na história brasileira: a desigualdade racial. Fruto da luta histórica dos Movimentos Negros brasileiros como afirmado anteriormente, as ações afirmativas envolvem um conjunto de ações que visam a combater os efeitos do preconceito e da discriminação raciais que atuam como barreiras que impedem o acesso igualitário dos negros à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, dentre outros direitos sociais. O conceito de ação afirmativa para o jurista Joaquim B. Barbosa Gomes implica em

... um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física ou origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego ( GOMES, op.cit, p. 27).

A adoção de política de ação afirmativa fundamenta-se no reconhecimento de que essa política estaria em condições de atingir certos objetivos que normalmente seriam inalcançados se a estratégia de combate à discriminação se limitasse, apenas, ao campo normativo, de regras meramente proibitivas da discriminação. São objetivos dessas políticas: a) Introduzir mudanças ou transformações no âmbito cultural, pedagógico, psicológico, as quais devem retirar do imaginário social idéias de supremacia e de subordinação de um grupo étnico- racial sob outro; b) Introduzir mudanças nas relações sociais e culturais de modo a valorizar a necessidade e a utilidade de políticas públicas voltadas para a diversidade e para o pluralismo; c) Coibir a discriminação do presente, mas conter os efeitos persistentes da discriminação do passado. Efeitos denominados de discriminação estrutural; d) Implantação e experimentação de uma cultura de diversidade e de maior representatividade dos grupos subrepresentados nos espaços de poder, mercado de trabalho, políticas estatais; e) Ampliação da representatividade de grupos raciais e étnicos em espaços de poder.

---

<sup>12</sup> O conceito de política em sua configuração recente e restrita tem a conotação de política pública a qual engloba a política social. Esse debate é recente no Serviço Social e está sendo desenvolvido por Potyara A. P. Pereira, no artigo *Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania*. Segundo a autora, política social é uma espécie do gênero política pública. As políticas sociais são frutos da história e são conquistadas na esfera pública, no âmbito da política. As políticas de Ação afirmativa enquadram-se na arena redistributiva. Segundo Pereira (2008, p. 100) da "arena redistributiva, decorrem políticas caracterizadas por um 'jogo de soma zero' (...) para que um grupo ganhe, outro terá que perder". Esta é uma situação em que o poder público dita critérios que dão acesso e vantagens a categorias de casos ou sujeitos. Segundo Rua (apud Pereira, 2008, p. 100) esta arena é conflituosa e evitada pela maioria dos governos, por constituir, para eles, a pior situação em política.



No que concerne as modalidades de técnicas de implantação das ações afirmativas identificamos: a) Sistema de cotas ou reserva de vagas; b) Modo de estabelecimento de preferências; c) Sistema de Bônus e; c) Incentivos fiscais (GOMES, op. cit., p. 53)<sup>13</sup>

## **2- Resultados da pesquisa : Uma breve reflexão do perfil dos estudos sobre políticas de ação afirmativa entre 1999 à 2007**

Constatamos que 7 teses de doutorado foram defendidas por estudantes do sexo feminino e 9 teses por estudantes do sexo masculino, correspondendo a 44% e 56% respectivamente. No que tange aos cursos de mestrado, quarenta e duas dissertações foram defendidas por estudantes do sexo feminino e vinte e cinco por estudantes do sexo masculino, correspondendo a 63% e 37%, respectivamente. Conclui-se que nos programas de pós-graduação, em nível de doutorado, o número de estudos sobre ação afirmativa no ensino superior, realizado por mulheres é inferior (com uma diferença não muito significativa) em relação aos realizados pelos homens. Todavia, nos cursos de mestrado a proporção inverte. O número de estudos realizados por mulheres, é superior (quase o dobro que os realizados por homens). Essa tendência poderá alterar futuramente, o perfil atual dos cursos de doutorado. Embora não seja objeto deste estudo, os dados nos levam a hipótese de que há uma motivação maior das mulheres em realizar pesquisas sobre ação afirmativa tal temática. Nesse sentido, tal tendência vislumbra futuras possibilidades de estudos que possam aprofundar a relação entre identidades de gênero e raça/etnia e a produção de conhecimento sobre ação afirmativa.

No que diz respeito ao número de teses defendidas por ano no período de 2001 a 2007, este estudo registrou 16 teses, sendo em 2004 e 2007 os anos de maior volume. Nos cursos de mestrado, no período de 1999 à 2007, foram identificadas sessenta e sete dissertações em escala crescente anual. Essa distinção numérica entre os cursos de mestrado e doutorado pode ser motivada por inúmeras razões. Cabe salientar que fatores como a democratização do acesso à pós-graduação para negras/os, o status que o tema adquiriu no decorrer do início do século XXI, sobretudo após a conferência de Durban na África do Sul, assim como o debate no judiciário provocado pela institucionalização de legislações antirracistas pelo Estado

---

<sup>13</sup> Estudo realizado pelo Programa Política da Cor – PPCOR- da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2005, apresentou o seguinte balaço: As quatorze universidades com cotas raciais implementadas apresentaram diferentes critérios e sistemas de acesso que se interrelacionam, a saber: cotas raciais, cotas para ensino público, critério de renda. A tendência predominante no período foi o sistema de cotas para o ensino público, com um percentual dentro destes reservado para negros. Outros sistemas de ações afirmativas institucionalizadas em curso na época foram: i) Sistema de pontuação diferenciada: UNICAMP e; ii) Universidades e estabelecimentos de ensino superior privados com ações afirmativas (isenção de pagamento, auxílio para transporte, alimentação etc.)

Brasileiro, são alguns pontos por nós destacados motivadores do aumento do interesse pelo estudo da temática.

Em relação as teses e dissertações por área de concentração o estudo apresenta o seguinte resultado:

a) Ciências Sociais<sup>14</sup>: vinte resumos; b) Comunicação: 1 resumo; c) Desenvolvimento Social: 1 resumo; d) Direito<sup>15</sup>: 13 resumos; e) Economia: 1 resumo; f) Educação: 26 resumos; g) Educação, Administração e Comunicação (programa transdisciplinar): 2 resumos; h) Ensino em Ciências da Saúde: 1 resumo; i) Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais: 1 resumo; j) Filosofia: 1 resumo; k) História Social: 1 resumo; l) Linguística: 2 resumos; m) Políticas Públicas e Políticas Sociais<sup>16</sup>: 5 resumos; n) Psicologia<sup>17</sup>: 3 resumos; o) Relações Internacionais: 1 resumo; p) Serviço Social<sup>18</sup>: 4 resumos e; q) Teologia. Verifica-se que as áreas de maior concentração de estudos sobre ação afirmativas no ensino superior são as Ciências Sociais, Educação, seguidamente área do Direito e Serviço Social. Esse resultado indica que a pesquisa sobre ação afirmativa tem sido objeto de preocupação teórica de em outras áreas do conhecimento como o Direito e o Serviço Social/ Políticas públicas inaugurando mudanças nos cenário na produção de conhecimento sobre o negro no Brasil.

No que concerne a dependência administrativa das IES(s) e seus respectivos programas de pós-graduação, os dados levantados indicam que as universidades federais são as que detém o maior número de programas de pós-graduação envolvidos com pesquisas sobre ação afirmativa no ensino superior, seguidas das estaduais e particulares.

Esta tabela também demonstra que a Universidade de Brasília- Unb, de porte Federal é a Instituição de Ensino Superior que concentrou o maior número de programas de pós-graduação voltados para o estudo de ação afirmativa: Antropologia, Ciência Política, Direito, Educação, Filosofia, Linguística, Política Social/Serviço Social, Relações Internacionais e Sociologia. O fato de a UNb ter sido uma das primeiras universidades a implantarem o sistema de reserva de vagas para negros, assim como a intervenção política na esfera pública de seus quadros docentes/ativistas e do movimento negro estudantil, além desses intelectuais produzirem consistentes materiais acadêmicos ( textos, livros) que serviram de base para

<sup>14</sup> No item Ciências Sociais agrupamos os programas, na forma como estavam registrados no Banco de Dados da CAPES, à saber: Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia, Sociologia, Ciência Política Antropologia, Antropologia Social, Ciência Política e Antropologia.

<sup>15</sup> Agrupamos os programas correspondentes à área de Direito, Direito Constitucional, Direito Público e Econômico e Sistema Constitucional de Garantias de Direito.

<sup>16</sup> Agrupamos os programas correspondentes à área de Políticas Públicas, Política Social e Políticas Públicas e Sociedade.

<sup>17</sup> Agrupamos os programas correspondentes à área de Psicologia Social e Psicologia em geral.

<sup>18</sup> Agrupamos os programas correspondentes à área de Serviço Social e Política Social / Serviço Social.



reflexões do movimento negros foram um dos facilitadores importantes para a consolidação de uma cultura acadêmica que vem valorizando a temática em tela.

### **3- Análise dos resumos; algumas considerações preliminares**

Foram escolhidos os resumos, cujos conteúdos discursivos, apresentaram aproximações ou distanciamentos com a base teórica que embasou deste estudo. Outra preocupação metodológica foi adensar a esta reflexão algumas tendências, ainda silenciosas, mas interessantes do ponto de vista teórico metodológica no estudo do anti- racismo no Brasil.

Isto posto, propôs-se discutir as seguintes categorias de análise:

- a) Conceituação de ação afirmativa;
- b) Acesso e permanência;
- c) Relação do Estado com os Movimentos Negros;
- d) Ação afirmativa como política pública;

Apresentamos, a seguir, tabela sistematizando quantitativo de resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado explicitaram as categoria de análise:

<b>Classificação</b>	<b>Quantitativos de trabalho</b>
Conceituação de ação afirmativa	<b>9</b>
Acesso e permanência	<b>11</b>
Relação do Estado com os Movimentos Negros	<b>4</b>
Ação afirmativa como política pública	<b>7</b>

### **4- Conclusões**

As pesquisas sobre ação afirmativa no ensino superior brasileiro realizadas nos programas de mestrado e doutorado nos últimos anos revelam uma tendência de aumento significativo dissertações e teses interessadas em aprofundar as tensões no campo teórico e político resultantes da implementação da política de reserva de vagas ou cotas raciais para negros, tendo em vista o enfrentamento da desigualdade racial no Brasil.

Os estudos, na sua grande maioria são de natureza empírica, cujas análises tomam como referência as experiências de universidades estaduais e federais nas quais a política de reserva de vagas foi implementada ou de ONGs antirracistas voltadas para a inclusão de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

alunas/os negras/os no ensino superior brasileiro. Constatamos um número relevante de investigações direcionadas para análise destas últimas, que na atualidade, são a mais consolidada expressão do movimento negro contemporâneo: os pres- vestibulares para negros e carentes inovadora estratégia de construção da autonomia do movimento negro no combate ao racismo e da ampliação da democracia e dos direitos de cidadania para a juventude negra e pobre.

Como afirmamos anteriormente, é um campo teórico em construção de confluência dos estudos sobre relações raciais, educação e políticas públicas de natureza interdisciplinar. Não obstante, no Brasil o crescimento da literatura vislumbra um horizonte bastante promissor, O Estado da Arte dessa produção demonstra algumas lacunas, que são inerentes aos estudos sobre políticas sociais como políticas públicas, assim como àquelas com a preocupação teórico- metodológica de romper com a tradição colonizadora do pensamento (SAIS, 2004 e HALL, 2003).

## 5- Bibliografia

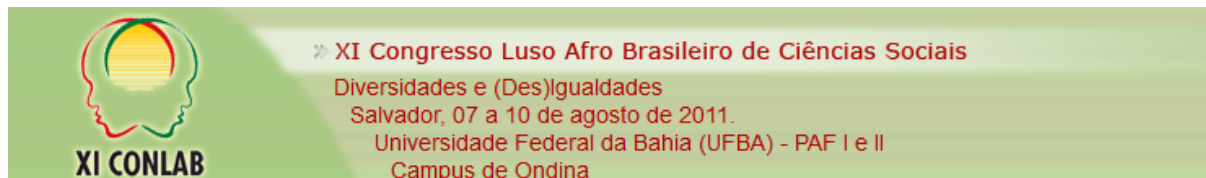
ALVAREZ, E. Sonia, DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino- americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BENTO, Maria Aparecida. A institucionalização da luta anti-racismo e branquitude. In: HERINGER, Rosana (org). **A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil**. Rio de Janeiro: IERÊ-IFCS/UFRJ, 1999. p. 11-30.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós- 70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas 'estado da arte', **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: (o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.



GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. SANTOS, Renato Emerson e LOBATO, Fátima (Org.) In: **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P15-57.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. 2ª ed., Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; tradução Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IPEA- Políticas Sociais – acompanhamento e análise, n 15, mar. 2008. pp 207-231

IPEA- Texto para Discussão [11335] abr. 2008. pp 32-41; 101-109.

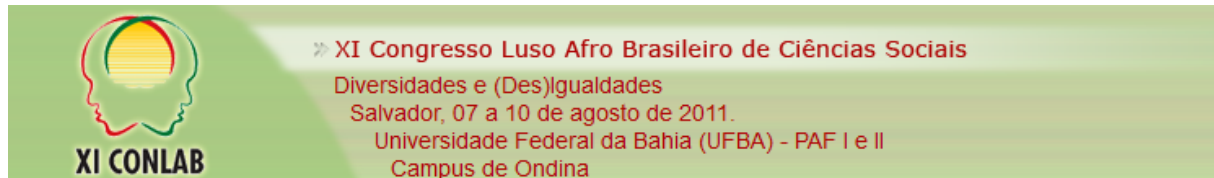
IPEA- **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição**. Brasília. Comunicado da Presidência nº 4, maio de 2008.

IPEA, SEPM e UNIFEM. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília 3ª Edição, Análise Preliminar dos Dados, set. 2008.

MUNANGA, Kabengele. O anti- racismo no Brasil. MUNANGA, Kabengele (org). In **Estratégias e políticas de combate ao racismo**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996 a . p. 79 – 94.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública. BOSCHETTI et all (orgs) In **Política social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2008

SILVEIRA, Oliveira. Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação. QUEVEDO, Julio e DUTRA, Maria Rita P. (orgs) In **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.



SAID, Edward W. **Freud e os não- europeus**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SANTOS, Renato Emerson dos Santos. **Política de cotas nas universidades brasileiras**.  
Mimeo, s/data

SANTOS, Renato Emerson & LOBATO, Fátima. **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, Coleção Políticas da Cor, 2003. p. 15-57.

### **SITES VISITADOS**

[http://www.eliagonzalez.org.br/materieal/Marcha\\_Zumbi\\_1995\\_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf](http://www.eliagonzalez.org.br/materieal/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf)

<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>

[http://wwwz.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510779\\_07\\_cap\\_o0.pdf](http://wwwz.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510779_07_cap_o0.pdf)., acessado em 24/04/2009